

# POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250



2ª ED.

**ATEMPA**



**CPHIS**

Coletivo das Professoras e  
Professores de História da  
Rede Municipal de Ensino  
de Porto Alegre

# POANCESTRAL

## MUITO ALÉM DE 250

ORGANIZADORES:

Marco Mello

Roselena Colombo

Claudia Aristimunha

Melina Perussatto

Inês Vicentini

Coletivo de Professoras e Professores de História  
da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS)

Associação de Trabalhadores em Educação do  
Município de Porto Alegre (ATEMPA)

2ª ed.  
PORTO ALEGRE, RS  
2023



*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)*

P739 PoAncestral: muito além de 250 / organização de Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha ... [et al.] 2ª ed. - Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2023.  
163 p. : il.

ISBN: 978-65-996311-3-9

1. Porto Alegre (RS). 2. Ancestralidade. 3. Memória social. 5. Comunidade quilombola. 6. Povos indígenas. 7. Ensino de história. I. Mello, Marco. II. Colombo, Roselena. III. Aristimunha, Claudia. IV. Perussatto, Melina. V. Vicentini, Inês. II. Título.

CDU – 981.651  
930(816.51)

Elaborada pela Biblioteca Central da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Esta publicação é de acesso livre e é permitida sua reprodução, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA INDÍGENA EM SALA DE AULA

**Mariana Araujo Neumann**

Arqueóloga

Endereço eletrônico: [neumann.mariana@gmail.com](mailto:neumann.mariana@gmail.com)

**Melina Kleinert Perussatto**

Professora na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)

Endereço eletrônico: [melinaperussatto@gmail.com](mailto:melinaperussatto@gmail.com)

Recentemente, em *live* realizada pelo Portal do Bicentenário, Daniel Munduruku nos instigou a fazer uma interrogação interna: “qual é o indígena que mora dentro de nós?”<sup>1</sup>. Tal resposta é fundamental para iniciar o debate que propomos. Isto porque, no mesmo contexto em que Daniel apresentou sua questão, queremos discutir como abordar história indígena em sala de aula. E, para iniciar este trabalho, é preciso ter em mente que nossos estudantes não partirão de um quadro em branco, mas trarão um conceito e um pré-conceito bem definidos do que é “o índio”, os quais refletem a representação dada pela produção hegemônica de cultura (literatura, arte gráfica, mídia) e de história oficial sobre o Brasil até pelo menos fins do século XX.

E tal conceito não precisa ser definido aqui em detalhe para que quem está lendo saiba a que nos referimos. Se você está nos lendo, foi à escola. E se o fez no Brasil, no dia 19 de abril, sem nenhuma dúvida, pintou o rosto com os dedos, colocou uma pena em uma tira de papel que depois foi amarrada em frente à testa em torno da cabeça, talvez tenha feito um arco e flecha, certamente pintou um desenho de um pequeno curumim nu. Através dessa abordagem, vimos sendo socializados desde cedo para uma imagem do “índio” associada às ideias do pouco, do pobre, do simplório, do passado. É uma imagem com uma forte carga colonial e racista. Na maioria de nós, este é o “índio” residente, e ele precisa ser substituído por um outro.

É evidente que a escola possui um papel fundamental na consolidação dessa imagem, mas também na sua derrocada. Esta perspectiva combativa não se iniciou, mas se fortaleceu, com a aplicação do artigo 26A da LDB, alterado pela última vez pela Lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nos currículos escolares, além da cultura africana

e afro-brasileira. Trata-se de uma política de Estado e, portanto, deve ser seguida. Conforme as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, de 2015, esse estudo na Educação Básica deve ser desenvolvido por meio de conteúdos, saberes, competências, atitudes e valores que permitam aos estudantes reconhecer que os povos indígenas no Brasil são muitos e variados culturalmente, que possuem direitos sobre a manutenção destas culturas, seus territórios e modos de vida, e, principalmente, que sua história não se desenvolveu à parte da história do Brasil não-índio: começou muito antes da colonização, constituiu elemento fundante do que veio a se tornar o Brasil, e o permanecerá sendo no futuro que criaremos para o país. Contudo, como fazê-lo, ao mesmo tempo em que se combate um conceito racista pré-concebido e se cria um espaço acolhedor para um conceito mais humano e condizente com a experiência histórica dos povos indígenas no país? Sugerimos a introdução dos conhecimentos desenvolvidos pela arqueologia como meios de apresentar discursos contra-hegemônicos e dissonantes sobre a história indígena.

A Arqueologia é uma abordagem sobre a história, cuja diferença, grosso modo, está no uso de fontes não escritas. Nessas, incluem-se artefatos (como objetos de cerâmica, material lítico, louça, vidro, metal, arquitetura), além das paisagens, como as florestas atuais em sua historicidade e as plantas alimentícias (estudadas através de pólenes, fitólitos e carvões que se preservam nos sítios arqueológicos), as estradas, minas antigas, canais hidráulicos, etc, as quais compõem uma paisagem histórica. Trabalhar a arqueologia no ensino da história indígena permite tornar visível aos estudantes a dimensão da profundidade temporal da ocupação indígena no Brasil, que remete a mais de 20 mil anos (Vialou, 2005), além da diversidade cultural (Fausto, 2000) e da riqueza material (Prous, 1992) na qual os povos indígenas viveram, o que, como vimos,

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://youtu.be/PeSGo8KurX8>>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

difere bastante do discurso hegemônico sobre estas populações no passado e no presente.

O maior risco de se trabalhar a história indígena pela perspectiva da arqueologia é passar a ideia de que o processo histórico indígena se encerrou num passado muito distante, dados os recortes temporais muito longos com os quais trabalha. Ou, ainda mais perigoso, passar a ideia de que o processo histórico indígena nem mesmo começou. Quando se fala em *pré-história*, um termo muito difundido, passa-se a ideia de “povos sem história” (que viveram antes de a história começar), o que não é nem pode ser o caso. É evidente que os povos indígenas têm a sua história antes e depois da colonização. O termo utilizado hoje pela arqueologia para se referir ao período é *pré-colonial* – ou seja, houve um processo histórico antigo que foi marcado profundamente pela colonização, e a situação histórica dos povos indígenas hoje decorre desse marco colonial, assim como a história de todos os demais brasileiros não indígenas (Neves, 2006).

E também há um risco, ao apresentar a riqueza material na qual viveram os povos indígenas no período pré-colonial, em comparação com uma situação menos privilegiada que possuem hoje, de passar a impressão de que indígenas *deveriam* ser povos do passado, que não tem um lugar no presente – o que obviamente precisa ser combatido. No entanto, a experiência em sala de aula mostra que esta é uma percepção comum entre os estudantes (a própria ideia de que um indígena não pode ter um celular, por exemplo, remete a isto). São imagens a combater.

Recentemente, a BBC publicou o artigo “Como realmente era a América antes da chegada de Colombo?”<sup>2</sup>, o qual constitui-se como interessante material a ser usado em sala de aula, pois demonstra de forma interativa e ilustrada como a arqueologia consegue construir um discurso contra-hegemônico acerca do passado indígena. Em resumo, esse artigo nos apresenta sociedades pré-coloniais muito complexas, com estratificação social e centralização política de longa duração; domínio de técnicas de engenharia, da matemática, a domesticação de plantas que são a base da alimentação do planeta hoje (como o milho, a batata, a mandioca e o arroz (Hilbert et.al., 2017) – que são os 4 dos 10 alimentos mais consumidos no mundo e foram domesticados na América). O artigo

demonstra também a existência de redes comerciais interamericanas, possivelmente por navegação, além dos caminhos por terra que levavam, por exemplo, cacau e tabaco até o Canadá desde a Mesoamérica. A própria floresta amazônica é um grande “jardim” que foi plantado por seres humanos e manipulado ao longo de milhares de anos. Ou seja, a Amazônia é uma floresta antrópica e indígena.

Os dados apresentados também mostram a densidade populacional encontrada no momento da colonização, o que se contrapõe a uma ideia do Brasil como um grande vazio que foi ocupado pelos portugueses – um argumento ainda hoje sustentado para justificar a espoliação de terras indígenas da floresta. Somente na Amazônia se calcula que, em 1.500, viviam entre 8 e 10 milhões de pessoas (Dias et.a., 2020).

Estes estudos de demografia histórica mostram não apenas a densidade populacional e a conseqüente profundidade histórica e variedade de culturas nas Américas do período pré-colonial. Eles afirmam também que cerca de 90% da população do continente foi dizimada por guerra e doenças no primeiro século da colonização. A proporção nauseante deste genocídio foi tal que permitiu a recuperação de florestas em áreas antes destinadas ao cultivo de alimentos, captando maior volume de carbono atmosférico, o que levou a um resfriamento sensível do planeta, conhecido como “a pequena era do gelo”, entre fins de 1500 e as primeiras décadas de 1600 (Koch et al., 2019).

Portanto, a arqueologia fornece um ótimo contraponto aos estereótipos sobre os indígenas como povos diminutos e muito simples, a-políticos, a-sociais, “aguardando” pacificamente pela colonização. Na verdade, o que a arqueologia mostra é o oposto disso, uma história completamente diferente, complexa e rica.

No Brasil, o fazer arqueológico se dá no âmbito das universidades e museus, os quais em geral mantêm revistas e páginas online para a divulgação de pesquisas científicas e materiais didáticos na temática. Além destas, há um contexto de pesquisa relacionado ao licenciamento ambiental que produz muito material didático nas ações de educação patrimonial. Toda esta pesquisa arqueológica realizada no país é coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, que também mantém online informações de pesquisas e publicações, sendo uma excelente base de dados. Além destes sítios, um bom local para iniciar pesquisas para trazer estes conteúdos e debates para a sala

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-36af0f00-a464-4e05-8abc-0af6f62c5e3f>>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

de aula é o Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia – AMAA<sup>3</sup> –, que disponibiliza ciber exposições, acervos e materiais educativos, incluindo planos de aulas.

Por fim, como dissemos antes, o ensino da história indígena apresenta o desafio de afastar ideias essencialistas sobre estes povos, imobilizando-os no tempo passado. Após revelar um passado indígena profundo, diverso e complexo, é preciso situar as demandas históricas indígenas da contemporaneidade. Um tema que pode ser discutido, neste sentido, é a articulação indígena na luta contra o PL 490, que trata do marco temporal. Trata-se de tese que sustenta que só podem ser reconhecidas terras indígenas onde viviam indígenas em 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada. Trata-se de interpretação desviante do que foi sustentado no relatório da demarcação da TI Raposa Serra do Sol, de onde surgiu. Naquele, o relator argumentou que, como na data da promulgação da CF a terra pleiteada era documentadamente indígena, então deveria permanecer indígena. Distorcendo este argumento, a tese do marco temporal quer declarar então que, se não vivessem **documentadamente** indígenas na terra em 1988, então ela não pode, **definitivamente**, ser declarada Terra Indígena. É evidente o racismo e a ignorância histórica da tese, alienada da situação de violência e espoliação que se estende ainda hoje sobre terras indígenas, gerando mobilidade territorial constante e impedindo tal “documentação”.

Esse debate, no entanto, demonstra que os indígenas não apenas estavam organizados politicamente desde muito antes de 1500, como também o estão na atualidade. Não podemos ignorar o fato de que os povos indígenas do Brasil foram os responsáveis pela maior, mais bem organizada e mais duradoura manifestação política de resistência à destruição de direitos da última década. Em 2021, durante o julgamento da tese do marco temporal no STF, eles organizaram o **Levante Pela Terra**<sup>4</sup>: em plena pandemia de Covid-19, mantiveram um grande acampamento indígena em Brasília para vigiar e pressionar os ministros e a classe política contra o PL-490. Isso mostra que eles estão extremamente organizados e atuantes politicamente hoje, e são abundantes os materiais produzidos pelos coletivos

indígenas, pela mídia e pelo judiciário e que podem ser trabalhados em sala de aula para compreender-se a política indígena do século XXI.

Ailton Krenak (2019) nos provoca com a possibilidade de “adiar o fim do mundo” através da contação de mais uma história. Histórias impregnadas de vida e sentido, resistentes. Somente depois de efetivamente revisarmos e ressignificarmos o indígena que mora em nós poderemos adiar o fim do mundo e contar tantas outras histórias.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires; COSTA, Eliardo Guimarães da. Dimensão da população indígena incorporada ao estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. **Revista História**, São Paulo, n. 179, 2020.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

HILBERT, Lautaro; NEVES, Eduardo Góes; PUGLIESE, Francisco; WHITNEY, Bronwen S.; SHOCK, Myrtle; VEASEY, Elizabeth; ZIMPEL, Carlos Augusto; IRIARTE, José. Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, pp. 1693-1698, 2017.

KOCH, Alexander; Chris Bierley, Mark M. Maslin e Simon L. Lewis. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 149”. **Quaternary Science Reviews**, v. 207, n. 1, pp. 13-36, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

VIALOU. Águeda Vilhena (org.). **Pré-História do Mato Grosso**. v. 1: Santa Elina. São Paulo: Edusp, 2005.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.amaacervos.com.br/>>. Acesso em: 17 de abril de 2022

<sup>4</sup> Sobre o Levante pela Terra e materiais diversos sobre os temas indígenas, recomendamos acessar as redes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e do Instituto Sócio Ambiental (ISA)